

As concepções de Intersexualidade: estudo crítico da produção científica em Psicologia

Maria Laura Barros da Rocha ¹, & Adélia Augusta Souto de Oliveira  ²

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil.

RESUMO

O artigo discute as concepções de intersexualidade na Psicologia, a partir da realização da metassíntese de artigos científicos, indexados nas plataformas virtuais SciELO e PePSIC. A metodologia desenvolve-se em etapas sequenciais e complementares: exploração, refinamento, cruzamento, descrição e interpretação. A consulta aos bancos ocorreu através de nove descritores: *intersex*, *ambiguidade genital*, *genitalia ambigua*, *distúrbio de diferenciação sexual*, *DDS*, *genital ambiguity*, *ambiguous genitalia*, *disorder of sex development* e *DSD*. Os resultados indicaram 160 artigos, publicados até os anos 2020, dos quais, ao final das etapas de refinamento e cruzamento, 13 foram selecionados e interpretados. Afirma-se a preponderância de artigos teóricos, estudos de casos e entrevistas como metodologia de escolha. Destaca-se a importância de pesquisas relacionadas ao tema na área de Psicologia, cujas publicações ainda aparecem de forma tímida nas bases de dados analisadas. Entre as temáticas discutidas nas produções destaca-se: a invisibilidade e o silêncio dessa população sobre sua condição; os aspectos éticos das intervenções cirúrgicas e a atuação multiprofissional na clínica da intersexualidade. Por fim, destacam-se os aspectos sociais e históricos relacionados às construções do conceito de intersexualidade, terminologia que demarca uma ruptura com os termos do modelo discursivo biomédico, dando ênfase às dimensões psicossociais evocadas por essa expressão.

Palavras Chave

intersexualidade; intersex; gênero; revisão de literatura; metassíntese

ABSTRACT

The article discusses the conceptions of intersexuality in Psychology, from the completion of meta-synthesis scientific articles, indexed on the virtual platforms SciELO and PePSIC. The methodology is developed in sequential and complementary steps: exploration, refinement, crossing, description and interpretation. The databases were consulted using nine descriptors: *intersex*, *ambiguidade genital*, *genitalia ambigua*, *distúrbio de diferenciação sexual*, *DDS*, *genital ambiguity*, *ambiguous genitalia*, *disorder of sex development* e *DSD*. The results indicated 160 articles, published until 2020, of which, at the end of the refinement and crossing stages, 13 were selected and interpreted. The preponderance of theoretical articles, case studies and interviews is asserted as the methodology of choice. The importance of research related to the subject in the field of Psychology is highlighted, whose publications still appear timidly in the analyzed databases. Among the themes discussed in the articles, the following stand out: the invisibility and silence of this population about their condition; the ethical aspects of surgical interventions and the multidisciplinary role in the clinic of intersexuality. Finally, the social and historical aspects related to the constructions of the concept of intersexuality are highlighted, a terminology that marks a break with the terms of the biomedical discursive model, emphasizing the psychosocial dimensions evoked by this expression.

Keywords

intersexuality, intersex, gender, literature review, meta-synthesis

¹ Correspondence about this article should be addressed **Maria Laura Barros da Rocha**: laurabarrosrocha@gmail.com

² **Conflicts of Interest**: The authors declare that the research was conducted in the absence of any commercial or financial relationships that could be construed as a potential conflict of interest.

The conceptions of Intersexuality: a critical study of scientific production in Psychology

Introdução

O questionamento *é menino ou é menina?* é uma ocorrência corriqueira nos consultórios obstétricos. À primeira vista, a resposta pode parecer simples e indubitável, entretanto, carrega consigo nuances e sentidos sócio-históricos e biomédicos do que se compreende como o padrão de corpos femininos e masculinos. A resposta a essa pergunta é um dos primeiros discursos que marcam o corpo da criança (Méllo & Sampaio, 2012) e em uma sociedade ocidental que, cada vez mais, faz dessa resposta um espetáculo – com chás de revelação para anunciar o gênero da criança à família e aos(as) amigos(as) – é necessário cada vez mais voltar o olhar para isso que escapa ao discurso da binariedade: o que acontece, então, quando a resposta ao questionamento não pode ser dada de imediato?

O termo *intersex* ou intersexo refere-se a pessoas que nascem com uma variedade de características que não se encaixam nos modelos tradicionalmente aceitos como corpos femininos ou masculinos (Marchi-Costa & Macedo, 2016; Oliveira, 2012; Souza, 2015). Essas características podem ser de ordem cromossômica, genital ou gonadal. Algumas características intersexuais são identificadas logo após o nascimento, enquanto outras pessoas podem não descobrir que possuem traços intersexuais durante a puberdade ou até mais tarde na vida adulta. O momento da vida do sujeito em que são notadas as características intersexuais implica na condução clínica dos casos (Paula & Vieira, 2015).

Dessa forma, o emprego do termo *intersex* e suas variações – como intersexualidade e intersexo – encontra-se enraizado no afastamento de denominações biomédicas baseadas em *anomalias* e *distúrbios*, as quais procuram destacar as dimensões psicossociais envolvidas para além de fatores genéticos, estrutura anatômica e do sexo designado ao nascimento (Marchi-Costa & Macedo, 2016). Além disso, chama-se atenção para a maneira como a palavra intersexo vem sendo utilizada como forma de autoidentificação por grupos ativistas, como o InterAct, bem como pela comunidade LGBTQIA⁺.

O presente artigo pontua que os conceitos são fruto de uma construção histórica e social. Por ser uma produção humana, os conceitos se constituem em um processo dinâmico: não são isolados, fossilizados, nem imutáveis (Vigotski, 1954/2008). Portanto, os conceitos são ferramentas de produção da realidade e a Ciência se encarrega de respaldá-los.

Nessa direção, o conceito de gênero e as concepções acerca do padrão de corpo masculino ou feminino também são parte de um processo dinâmico e pertencente a uma configuração histórica e social, além de sofrer influência de proposições científicas e biomédicas (Moreira & Souza, 2017; Gregoviski *et al.*, 2016). Em concordância com as proposições acerca da produção de conceitos, a designação das pessoas que não se encaixavam nesses padrões binários, passou por transformações de nomenclatura ao longo da história: hermafroditismo, androginia, intersexualidade, Anomalias de Diferenciação Sexual (ADS), Distúrbio do Desenvolvimento Sexual (DDS), entre outras formas de denominação presentes no senso comum ou no conhecimento científico biomédico. É possível encontrar registros datados de 2.000 anos antes de Cristo que indicam o nascimento de pessoas andróginas e de obras literárias que retratam esta condição, desde a antiguidade (Acácio, 2015).

A palavra hermafrodita evoca a figura do deus da mitologia grega Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite. Ele nasceu com o sexo masculino e, posteriormente, se tornou um ser andrógino ao se unir em um só corpo com a ninfa Sálmacis (Canguçu-Campinho *et al.*, 2009; Mélló & Sampaio, 2012; Rego & Marcondes, 2018). O *verdadeiro hermafrodita*, visto no imaginário social como aquele que comporta o masculino e o feminino de forma proporcional, existe apenas como figura mítica (Rego & Marcondes, 2018), de modo que apesar de o termo hermafroditismo ainda ser utilizado com certa frequência no senso comum, a nomenclatura entrou em desuso no meio científico, tornando-se alvo de críticas por estudiosos e por ativistas. Trata-se de um termo desatualizado, medicamente impreciso e considerado depreciativo (Rego & Marcondes, 2018).

Em 2005, com o objetivo de minimizar os desconfortos causados por uma terminologia considerada confusa e que nem sempre auxilia na solução de problemas, o Consenso de Chicago propôs modificações nas nomenclaturas e introduziu o termo Distúrbio do Desenvolvimento Sexual (DDS) definindo-o como referente a “toda a doença congênita na qual a constituição cromossômica, gonadal, sexual ou anatômica é atípica” (Mendonça, 2010, p. 80). Contudo, profissionais de medicina tem defendido a mudança para *Diferenças* de Desenvolvimento do Sexo, mantendo a sigla, todavia afastando-se de conotações negativas da palavra distúrbio e da perspectiva de adoecimento e medicalização da intersexualidade (Silva, 2018).

Por contrariar a norma binária e as expectativas sobre um corpo feminino ou masculino, as pessoas *intersex* sofrem com o preconceito, discriminação e estigmatização

(Oliveira, 2012). Apesar da estimativa de nascimentos serem de um a cada 2500 nascimentos (Belleza, 2017), as pesquisas, na área de Psicologia, encontra-se relativamente tímidas no cenário de publicação científica brasileiro, principalmente nas lentes da Psicologia Sócio-histórica. Dessa forma, buscou-se identificar lacunas e potencialidades do conhecimento científico, principalmente no campo da Psicologia.

Ribeiro *et al.* (2015) destacam a importância da pesquisa em bancos de dados eletrônicos, que permite ao(à) pesquisador(a) mapear cenários de produção de conhecimento. As autoras chamam à atenção para o fato de que as bases de dados não só organizam e veiculam informações, como também as legitimam, funcionando como ferramentas midiáticas das ciências. Em concordância, Creswell (2010) aponta que estudos de revisão de literatura permitem a sistematização da produção de uma determinada área e/ou temática, relacionando-se a um diálogo maior e contínuo da literatura, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores.

Compreende-se que através da reflexão e do olhar crítico acerca do que está sendo produzido na Psicologia é possível avançar em seus pressupostos teóricos e metodológicos, de modo que estudos de sistematização e análise da produção tem importância singular para o avanço da ciência (Oliveira *et al.*, 2017). Além disso, a metassíntese tem demonstrado potencial analítico na abordagem de aspectos sociais e históricos da produção de conhecimento (Oliveira & Bastos, 2014).

Nessa direção, este artigo empreende a tarefa de investigar as concepções acerca da intersexualidade em artigos da área de Psicologia, procurando estabelecer continuidades e rupturas na maneira como os(as) autores(as) compreendem o fenômeno. Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura, do tipo metassíntese, no Portal de Periódicos de Psicologia (PePSIC) e no Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Método

Diante da temática e dos objetivos traçados, apresenta-se como percurso metodológico a realização de uma metassíntese, um tipo de revisão de literatura qualitativa que visa uma integração interpretativa de dados referentes a outras pesquisas já publicadas (Oliveira *et al.*, 2017; Matheus, 2009). Para além de uma mera síntese, a metassíntese supera a soma das partes ao oferecer novas interpretações dos resultados, alcançando poder estatístico e de relação de causa e de efeito (Matheus, 2009).

Baseando-se em coordenadas metodológicas desenvolvidas em estudos anteriores (Oliveira & Bastos, 2014; Oliveira *et al*, 2017), desenvolveu-se o estudo a partir de etapas sequenciais e complementares que propiciam o alcance dos objetivos previstos: exploração, refinamento, cruzamento, armazenamento e tratamento de dados, descrição e interpretação.

A exploração dos bancos de dados permite a familiarização com os critérios próprios de exclusão/inclusão e especificidades nas ferramentas de busca e tratamento (Ribeiro, Martins, Lima, 2015). Como documentos para a análise, elegeram-se artigos científicos, por sua condição como principal meio de divulgação científica (Oliveira *et al*, 2017), de modo que foram utilizados como banco de dados para a busca o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). A consulta foi feita através da busca individual de nove descritores selecionados: *intersex*, *ambiguidade genital*, *genitalia ambigua*, *distúrbio de diferenciação sexual*, *DDS*, *genital ambiguity*, *ambiguous genitalia*, *disorder of sex development* e *DSD*. Optou-se por utilizar o termo inglês *intersex* porque esse *caractere* *curinga* captura os mesmos artigos que seriam indicados através de outras expressões como intersexualidade, intersexo ou intersexual. Consideraram-se as produções indexadas até o ano de 2020, que, indicou 160 artigos.

O segundo movimento em direção a qualificação da amostra é o seu refinamento, no qual houve a definição de critérios de inclusão e a verificação, através da leitura dos resumos dos artigos, que se referiam à temática do estudo. Como critério de inclusão tem-se que os artigos deveriam ser da área de Psicologia e apresentar a discussão sobre intersexualidade no título e/ou resumo. Desse modo, identificou-se 15 artigos da área de Psicologia com a temática da intersexualidade.

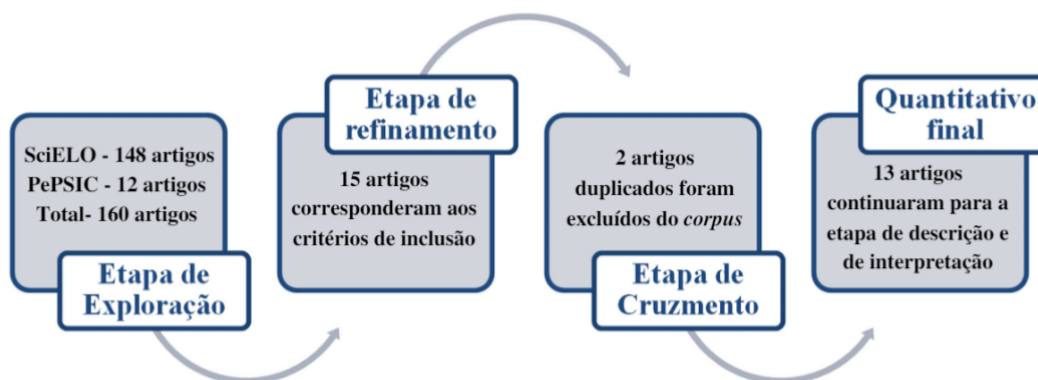
Tabela 1
Quantidade de artigos nas etapas de exploração e refinamento

Descritores	Etapa de Exploração			Etapa de Refinamento Artigos de Psicologia relacionados à temática da intersexualidade
	SciELO	PePSIC	Total	
Intersex	40	05	45	08
Ambiguidade genital	04	02	06	03
Genital Ambiguity	04	-	04	-
Genitalia Ambigua	09	-	09	-
Ambiguous Genitalia	08	-	08	-
Distúrbio de Diferenciação sexual	-	-	-	01
Disorder of sex development	01	01	02	-
DSD	20	-	20	02
DDS	62	02	64	01
Total	148	12	160	15

A terceira etapa – cruzamento – refere-se ao processo de comparação entre os documentos a fim de identificar duplicidades no material e eliminá-las, a partir da qual foram sinalizadas duas repetições. A criação de um banco de dados próprio, em *drive virtual*, manteve a pesquisa resguardada de possíveis oscilações nas plataformas de origem dos documentos.

Figura 1.

Diagrama do processo da etapa de exploração ao quantitativo final.



Os 13 artigos selecionados nas etapas anteriores foram lidos na íntegra, seguindo a ordem de publicação, com o intuito de perceber as continuidades e rupturas nas concepções teóricas sobre o fenômeno ao longo dos anos, estratégia utilizada como potencializadora de visualização das conexões históricas entre os documentos lidos pelo(a) pesquisador(a) realizando a metassíntese (Oliveira *et al*, 2017).

A etapa de tratamento dos dados foi realizada através da tabulação dos dados em planilhas *Excel*, ferramenta que facilita a sistematização, e subsequentemente auxilia na construção de gráficos e tabelas na etapa de descrição, cujo objetivo é descrever aspectos relevantes para a produção acadêmica, por meio de categorias de análise.

A última fase, de interpretação, compreende o momento de efetivação da metassíntese (Oliveira *et al*, 2017). Essa etapa transpõe as informações descritivas para a compreensão mais aprofundada do conteúdo dos documentos obtidos, permitindo confrontar e estabelecer conexões entre estes (Matheus, 2009). Ou seja, trata-se de uma superação da síntese, de forma a propor uma crítica e um novo conhecimento, através de um processo indutivo e interpretativo (Matheus, 2009).

Tabela 2.
Apresentação das publicações selecionadas

Título	Autores(as)	Ano	Periódico
A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde	Moara de Medeiros Rocha Santos; Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araújo	2003	Psicologia: Ciência e Profissão
Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero.	Moara de Medeiros Rocha Santos; Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo	2004	Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar - SBPH
O corpo como estrangeiro	Paulo Roberto Ceccarelli	2008	Psicanálise e cultura
Estudos e pesquisas sobre a intersexualidade: uma análise sistemática da literatura especializada.	Moara de Medeiros Rocha Santos; Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araujo	2008	Psicologia: Reflexão e Crítica
O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade	Ana Karina Canguçu-Campinho; Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos; Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	2009	Physis: Revista de Saúde Coletiva
Ele ou ela? quando é necessário conceber, ressignificar e renascer no imaginário dos pais – intervenções psicológicas	Jane Biscaia Hartmann; Karolina Reis dos Santos; Raquel Pinheiro Niehues Antoniassi.	2010	Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar - SBPH
Atenção à saúde de pacientes com ambiguidade genital.	Susane Vasconcelos Zanotti; Hélida Vieira da Silva Xavier.	2011	Arquivos Brasileiros de Psicologia
Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico	Ricardo Pimentel Mélló; Juliana Vieira Sampaio.	2012	Rev. NUFEN
Anomalias da diferenciação sexual: representações parentais sobre a constituição da identidade de gênero.	Tatiana Prade Hemesath.	2013	Psicologia: Reflexão e Crítica
A escolha do sexo não vai sem dizer: O mistério dos dois	Françoise Josselin	2015	Stylus: Revista de Psicanálise
Intersexualidade: uma clínica da singularidade.	Ana Amélia Oliveira Reis de Paula; Márcia Maria Rosa Vieira.	2015	Revista Bioética
Leitura de um mal-estar na contemporaneidade: sexo, gênero e sexuação	Claudia de Moraes Rego; Carolina Costa Marcondes.	2018	Trivium: Estudos Interdisciplinares
O segredo na clínica da ambiguidade genital: Um estudo de caso.	Karolline Hélcias Pacheco Acácio; Susane Vasconcelos Zanotti; Isabella Lopes Monlleó.	2018	Estilos da Clínica

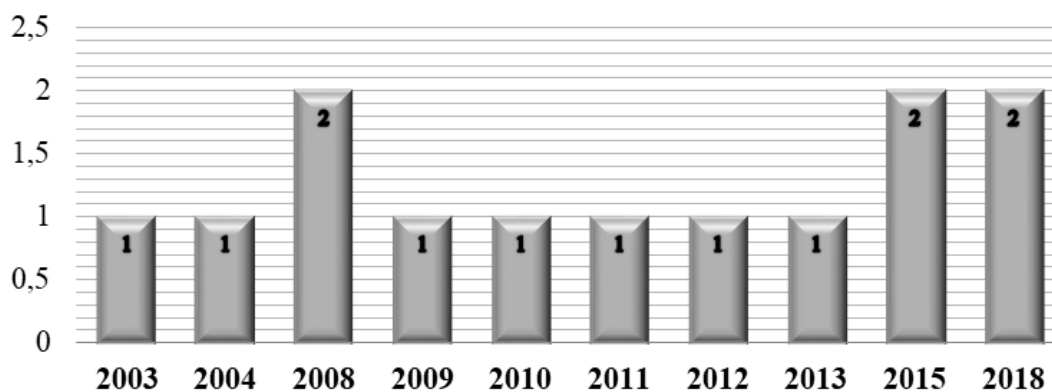
Resultados

A análise crítica da distribuição histórica da publicação dos artigos tem se configurado como percurso importante na investigação das relações sócio-históricas na produção do conhecimento, em um movimento crítico que possibilita tomar como objeto de estudo a própria produção científica, historicamente situada (Santos, 2002).

Os artigos provenientes dos bancos de dados utilizados apresentam uma série histórica que retrata uma estabilidade de produção entre os anos de 2008-2013 (com exceção apenas do ano 2014), com pelo menos uma publicação por ano, como se pode ver na Figura 1.

Figura 1.

Série histórica dos artigos.



Os anos de 2008, 2015 e 2018 apresentam maior produção, com 2 artigos, entretanto, não foi possível encontrar uma ligação direta entre algum evento e a maior produção nesses anos, ou mesmo para a ausência de publicações em certos períodos de tempo (anterior à 2003 e nos anos 2005-2007, 2014, 2019). Eventos significativos como o Terceiro Fórum Internacional Intersex na cidade de Valletta, capital de Malta, em 2013, não parecem ter surtido efeito no aumento da produção, principalmente por não ser citado nos artigos estudados.

Observa-se que a maioria dos artigos do *corpus* (84,6%) tem data de publicação (e de recebimento pelos periódicos) posterior ao Consenso de Chicago, que ocorreu no final de 2005, e definiu a nomenclatura Distúrbio de Diferenciação do Sexo (DDS). Os anteriores a essa data são ambos das mesmas autoras (Santos & Araújo, 2003; Santos & Araújo, 2004) e utilizam a nomenclatura intersexo e intersexualidade ao invés de ambiguidade genital, que era muito utilizada em periódicos de medicina na época.

É possível perceber que as revistas da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) e a Psicologia: Reflexão e Crítica tem maior produção na área, com duas publicações. Além disso, as pesquisadoras Moara de Medeiros Rocha Santos e Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de Araújo tem a maior quantidade de publicação (Santos & Araújo, 2003; 2004; 2008). Com exceção das pesquisadoras mencionadas

anteriormente, Susane Vasconcelos Zanotti é a única pesquisadora com mais de uma publicação (Zanotti & Xavier, 2011; Acácio *et al.*, 2018).

Nota-se que, apesar da proposta do Consenso de Chicago de normatização da linguagem utilizada para referir a esse fenômeno, o emprego de intersexualidade – e suas variações intersexo, *intersex* e intersexuais – ainda continuou presente na maioria dos artigos de Psicologia (Santos & Araújo, 2008; Ceccarelli, 2008; Canguçu-Campinho *et al.*, 2009; Mélo & Sampaio, 2012; Paula & Vieira, 2015; Rego & Marcondes, 2018).

As produções acadêmicas que mantêm os termos biomédicos, em sua maioria, têm como referencial teórico a Psicanálise. Os artigos elencados estão relacionados às representações parentais e ressignificação dos familiares em relação às crianças nascidas com DDS, a partir de entrevistas com pais de crianças com o diagnóstico de Anomalias de Diferenciação Sexual (Hemesath, 2013) e do relato de profissionais de saúde e de dois casais com filhos com ambiguidade genital e diagnóstico de Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC) (Hartmann *et al.*, 2010); e um estudo de caso, evidenciando a experiência dos pais e o sigilo na clínica da ambiguidade genital (Acácio *et al.*, 2018); bem como às ações desenvolvidas na atenção à saúde em um hospital geral do Nordeste brasileiro, discutido a partir do levantamento de dados de prontuário e de entrevistas com profissionais desse hospital (Zanotti & Xavier, 2011).

Nesses artigos, um ponto em comum da discussão é o lugar da criança no imaginário dos pais, e como estes significam a discrepância entre a criança idealizada e a real. Defendem que quando uma criança é concebida ela já estava presente no imaginário dos pais e o casal parental cria fantasias sobre o bebê e como ele será: “desejam um menino ou menina, pensam com quem ele(a) será parecido(a), se será saudável, qual o nome que será dado ao bebê, etc.” (Hartmann *et al.*, 2010, p.195). Durante a gravidez os(as) responsáveis idealizam o bebê que está para nascer e nele depositam esperanças, sonhos e expectativas quanto ao futuro dessa criança, geradas a partir das experiências dos pais (Hartmann *et al.*, 2010).

Quando se descobre que a criança esperada apresenta uma alteração congênita, há o confronto entre o bebê real e o idealizado, e essa nova imagem com a qual são obrigados a se deparar pode levar os pais a “experimentar diversos sentimentos, como

frustração, ansiedade, tensão, angústia, medo, desânimo, revolta, culpa, perda, luto, tristeza, rejeição e outros” (Hartmann *et al.*, 2010, p. 195). Acontece, portanto, a morte simbólica dessa criança que foi idealizada e um consequente processo de luto (Ceccarelli, 2008; Hartmann *et al.*, 2010).

Outro aspecto de destaque nesses artigos é a dimensão do olhar para essa criança, algo que cria atravessamentos tanto na família quanto no próprio sujeito. A percepção de *olhar julgador* aparece na preocupação de que o outro perceba a condição intersexual, algo que desencadeia na constituição de um sigilo, às vezes até em relação a informação do sujeito sobre sua própria condição intersexual (Hartmann *et al.*, 2010; Acácio *et al.*, 2018).

Os artigos que utilizam a terminologia intersexualidade, em detrimento de expressões como ambiguidade genital ou Distúrbio de Diferenciação do Sexo, parecem demarcar uma ruptura com o modelo discursivo biomédico em favor da utilização de um termo que engloba aspectos e dimensões psicossociais (Santos & Araújo, 2003; Mélo & Marcondes, 2012). Apesar de ser considerado medicamente impreciso (Damiani & Guerra-Júnior, 2007), ele tem um histórico de utilização nas Ciências Sociais e na Psicologia Social.

O campo da intersexualidade, principalmente no Ocidente, tem um histórico de conexão com o discurso médico que se pôs a serviço de corrigir a discrepância enxergada entre gênero e anatomia nas pessoas intersexuais, mantendo, assim, uma norma heterossexual e cisgênera (Rego & Marcondes, 2018). Nesse sentido, DDS é enxergado como uma condição médica a ser corrigida. Trata-se de uma ideia de corpos femininos ou masculinos *incompletos*, que através de tratamentos hormonais e intervenções cirúrgicas podem se tornar *completos* (Mélo & Sampaio, 2012; Machado, 2005; Souza, 2015). Em nenhum dos documentos médicos analisados na pesquisa de Mélo e Sampaio (2012) é facultada uma não intervenção nos casos de intersexualidade, de modo que nessa visão “não existe possibilidade de se viver um corpo ‘sem sexo’ definido” (Mélo & Sampaio, 2012, p. 14). Em virtude disso, há uma pressão para que o sexo da criança seja definido em diferentes instâncias, como o Registro Civil.

Ressalta-se que, nos últimos anos, normas permitem o registro de crianças com *sexo ignorado* em certidões de três estados no Brasil. O pioneiro foi o estado do Rio Grande do Sul, com o provimento número 016/2019, publicado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul (CGJ-RS) em junho de 2019, que prevê a possibilidade de registro com sexo ignorado e a alteração do sexo na certidão sem que haja necessidade dos responsáveis abrirem uma ação judicial (Silva, 2020). Em dezembro do mesmo ano, outro estado, o Paraná publicou o provimento 292/2019 e, por fim, o estado de São Paulo, o provimento 56/2019. Medidas como essa podem diminuir sofrimentos dos pais em relação à necessidade de definição de um gênero antes do registro da criança, ou mesmo permitir a mudança após a definição sem que seja necessária a abertura de processos prolongados e cheios de entraves jurídicos.

Méllo e Sampaio (2012) alertam sobre o perigo da compreensão das categorias sexo e gênero a partir dos antagonismos natural/cultural e real/construído, que naturalizam uma dualidade entre sexo e gênero, onde o primeiro seria de ordem natural e biológica, enquanto que o segundo seria uma construção social. Esse tipo de compreensão ignora que ambos os conceitos são construções históricas e sociais (Méllo & Sampaio, 2012).

Dessa forma, a concepção de heterossexualidade como norma também é discursivamente construída e institui as zonas de exclusão para quem não se enquadra nesse padrão de sexualidade (Méllo & Sampaio, 2012). Para os autores, a preocupação dos discursos biomédicos parecem pautados não em *construir* corpos correspondentes ao *sexo verdadeiro*, mas também que estejam interligados a um ideal de heterossexualidade.

Segundo Canguçu-Campinho *et al.* (2009) o sofrimento vivido pelo indivíduo intersexual não está relacionado a uma inabilidade em desempenhar suas atividades diárias. A intersexualidade não ameaça a vida do(a) paciente ou causa danos graves à saúde – com exceção de poucos casos, como se dá na desidratação presente na forma perdedora de sal da Hiperplasia Adrenal Congênita. Assim, o sofrimento pessoal e social provém do estigma, discriminação e preconceito que paira sobre ele(a) por contrariar a norma binária e as expectativas sobre um corpo feminino ou masculino (Oliveira, 2012).

Por conseguinte, para evitar a estigmatização, o sigilo é apresentado por muitos como o comportamento ideal, negociado entre a família e os profissionais de saúde, instituindo histórias da intersexualidade caracterizadas pelo silêncio e pela invisibilidade social (Cangaçu-Campinho, 2008; Canguçu-Campinho *et al.*, 2009; Oliveira, 2012). O sigilo e o segredo em que vivem as pessoas intersexuais são descritos como causadores de intensos sofrimentos pessoais, tanto para os sujeitos intersexo (Méllo & Sampaio, 2012; Canguçu-Campinho *et al.*, 2009) quanto para a família (Acácio *et al.*, 2018), posto que ajudam a perpetuar o desconhecimento social e invisibilização sobre o fenômeno, ocasionando sentimento de isolamento, solidão e o sentimento de “ser o único do planeta a nascer dessa forma” (Canguçu-Campinho *et al.*, 2009, p. 1156).

A atuação profissional na clínica da intersexualidade e as abordagens utilizadas são pontos centrais de discussão. Pode-se perceber a consonância de posicionamento de autores(as) em defesa da atuação de equipe multiprofissional nos casos de intersexualidade (Santos & Araújo, 2003; Santos & Araújo, 2008; Canguçu-Campinho *et al.*, 2009; Zanotti & Xavier, 2012; Paula & Vieira, 2015). Nesse sentido, aponta-se que a clínica não deve ser exercida apenas por profissionais da saúde, torna-se imprescindível adotar uma abordagem interdisciplinar, associando os diferentes campos do conhecimento (Santos & Araújo, 2008). Para tanto, denota-se a importância da integração de psicólogos como parte da equipe multiprofissional, bem como a presença de “especialistas em questões de ordem sexual/gênero/intersexo” (Santos & Araújo, 2003, p. 30).

Apesar de existirem estudos sobre o tema, ainda há dúvidas e polêmicas em relação “ao manejo que deve ser empregado no tratamento dessas crianças e no acompanhamento das famílias” (Hermesath, 2013, p. 583). Alguns autores apontam que o papel dos profissionais de psicologia e da equipe de saúde mental nos atendimentos clínicos hospitalares ainda é realizado em intervenções pontuais, sem uma articulação sistematizada (Zanotti & Xavier, 2011) ou visa construir uma ponte relacional positiva entre a família e a equipe (Souza & Araújo, 2003; Méllo & Sampaio, 2012).

É consenso entre todos os profissionais envolvidos na assistência aos casos de intersexualidade que o objetivo de qualquer manejo clínico deva ser facilitar o

desenvolvimento de uma identidade de gênero estável, prover apoio psicológico para a família e paciente, informar as condições clínicas em idade apropriada, garantir imagem corporal e função sexual adequadas, preservar o potencial para reprodução e intervir o mínimo possível com cirurgias e procedimentos invasivos (Santos & Araújo, 2008, p. 271).

Percebe-se consonância também na defesa do adiamento de intervenções cirúrgicas estéticas até a puberdade (Paula & Vieira, 2015; Santos & Araújo, 2003) ou mesmo a defesa de não realização destas, caso seja o desejo do sujeito (Canguçu-Campinho *et al.*, 2009; Mélo & Sampaio, 2012). Além disso, sustenta-se que deve haver o esclarecimento da família, e em especial do(a) paciente para que este(a) possa participar ativamente e ser protagonista das decisões sobre o próprio corpo.

O apoio psicológico deve se estender ao paciente e sua família, com vistas ao aceitação e enfrentamento de sua condição (Santos & Araújo, 2003). Zanotti & Xavier (2012) apontam ainda que existem alguns entraves que podem dificultar o atendimento, como desinformação, dificuldade de acesso a exames, descontinuidades no acompanhamento e desarticulação dos serviços de saúde. Uma alternativa apontada por Santos e Araújo (2003) é criação de espaços de diálogo em que a família e o sujeito intersexual possam estar em convívio com pessoas envolvidas com a temática, o que possibilitaria a troca de informações, sentimentos e experiências.

Em relação à metodologia, no *corpus* analisado, há uma concentração de estudos teóricos, com a discussão do caso de Herculine Barbin (Josselin, 2015; Rego & Marcondes, 2018) e sobre transexualidade e intersexualidade (Ceccarelli, 2008), todos com referencial teórico da psicanálise. Revisões de literatura em: estudos nacionais e internacionais de Psicologia, Ética, Sociologia, Enfermagem e Medicina (Santos & Araújo, 2008), abordagens clínicas adotadas em casos de ambiguidade de genitália externa e/ou interna, diagnosticados com pseudo-hermafroditismo masculino, pseudo-hermafroditismo feminino e hermafroditismo verdadeiro (Santos & Araújo, 2003), e artigos de 1996 a 2007, das áreas de Medicina, Psicologia, Ciências Sociais e Direito (Canguçu-Campinho *et al.*, 2009). Verificou-se ainda, uma produção de análise

documental cujas fontes eram documentos médicos, acadêmicos e jurídicos (Méllo & Sampaio, 2012).

Em pesquisas com seres humanos, destacam-se os estudos de caso (Paula & Vieira, 2015; Acácio *et al.*, 2018), relatos de experiência de profissionais e de pais de filhos(as) com ambiguidade genital (Hartmann *et al.*, 2010), entrevista com pais e mães de crianças diagnosticadas com ADS (Hemesath, 2013) e com crianças de seis anos diagnosticadas com pseudo-hermafroditismo masculino e hermafroditismo verdadeiro (Santos & Araújo, 2004). Além disso, identificou-se uma metodologia mista de análise de prontuário e de entrevistas com profissionais de saúde (Zanotti & Xavier, 2011).

Na revisão de Canguçu-Campinho *et al.* (2009, p. 1157), os artigos de Psicologia analisados destacavam uma preocupação central com “o acompanhamento psicológico sistemático em todo o processo diagnóstico e a após a definição do sexo social da criança”. Apontavam também, a complexidade do fenômeno da intersexualidade, defendendo a construção de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento de modo interdisciplinar, não só multidisciplinar (Canguçu-Campinho *et al.*, 2009).

Santos & Araújo (2003) já indicavam a necessidade de estudos longitudinais, para investigar a qualidade de vida de sujeitos intersexo. Além disso, as autoras defendem estudos aprofundados na relação entre saúde e gênero, para além da questão da intersexualidade. Em revisão posterior (Santos & Araújo, 2008), as autoras enfatizam a importância do diálogo entre a Psicologia e os estudos de gênero, bem como uma visão pluralista – de método e de teoria – para pesquisas desses fenômenos complexos.

Tabela 3

Tipo de estudo, participantes e principais resultados.

Referência do artigo	Tipo de estudo/método	Participantes	Principais resultados apontados pelos(as) autores(as)
Santos & Araújo (2003)	Revisão crítica de literatura	_____	Aponta a necessidade de estudos longitudinais. No plano assistencial, a intersexualidade parece ter um significado essencialmente negativo para a família.
Santos & Araújo (2004)	Entrevista e registro observacional.	03 crianças de seis anos de idade (02 com hermafroditismo verdadeiro e 01 com pseudo-hermafroditismo masculino).	As crianças que realizaram cirurgia apresentaram uma imagem negativa sobre o corpo e genitália, porém, mesmo diante de uma percepção corporal negativa, elas parecem adaptadas ao sexo de criação.

Ceccarelli (2008)	Estudo teórico	_____	Nos intersexuais, o corpo torna-se estrangeiro quando o sujeito é informado que não pertencer ao sexo que lhe fora atribuído, fazendo emergir um real que não corresponde aos universais da anatomia em relação às categorias do masculino e do feminino.
Santos & Araújo (2008)	Revisão Sistemática de Literatura	_____	Aponta a necessidade de estudos longitudinais e revela intensos debates em torno dos modelos de manejo clínico – Modelo Centrado no Sigilo e na Cirurgia (MMCSC) e Modelo Centrado no Paciente (MCP).
Canguçu-Campinho, Bastos & Lima (2009)	Revisão de literatura	_____	Artigos médicos consideravam a intersexualidade como doença crônica; a Psicologia destaca aspectos da sexualidade, identidade e orientação sexual; e as Ciências Sociais realizam crítica à visão polar de gênero, ressaltando o processo de designação sexual dos intersexuais.
Hartmann, Santos & Antoniassi (2010)	Entrevista	Profissionais de Psicologia e dois casais com filhos com genitália ambígua	Importância da conduta da equipe na discussão dos sentimentos, anseios, percepções e modos de enfrentamento dos pais das crianças e na ressignificação da criança no imaginário dos pais.
Zanotti & Xavier (2011)	Entrevista	12 profissionais de saúde (01 cirurgião pediátrico, 01 endocrinologista, 02 pediatras, 02 geneticistas; 02 psicólogos, 01 assistente social e 03 enfermeiros).	A condução do tratamento de pacientes com ambiguidade genital apresentam entraves como a desinformação, a dificuldade de acessos a exames, a desarticulação do serviço e a descontinuidade do acompanhamento.
Méllo & Sampaio (2012)	Pesquisa documental	_____	No campo da intersexualidade o dispositivo médico se apropria do discurso patológico a fim de instituir o binarismo como único modo possível de existência.
Hemesath (2013)	Entrevista narrativa	Três mães e três pais de crianças nascidas com ADS.	Os pais e as mães entendem que a identidade de gênero se constitui através da anatomia da genitália, do sexo de criação com o qual a criança é educada e do reconhecimento social no ambiente em que vive.
Josselin (2015)	Estudo teórico (a partir do livro <i>O diário de um Hermafrodita</i> de Michel Foucault)	_____	O caso de Herculine Barbin permite verificar que não há essência do masculino e do feminino inscrita no inconsciente e que o falo é um semblante.
Paula & Vieira (2015)	Estudo de caso	Paciente diagnosticado com pseudo-hermafroditismo	A teoria psicanalítica se mostra relevante para o tratamento de crianças com genitália ambígua e é imprescindível discutir o modo os pais entendem e transmitem a

		feminino acompanhado em dois períodos (do nascimento aos 04 anos e dos 08 aos 16)	questão da ambiguidade genital para a criança.
Rêgo e Marcondes (2018)	Estudo teórico (a partir do livro <i>O diário de um Hermafrodita</i> de Michel Foucault)		Herculine coloca-se sob os desígnios da religião, da medicina e do âmbito jurídico e a irrupção do que Lacan chama um-pai sem razão precipitou Herculine no empuxo à mulher.
Acácio, Zanotti & Monlleó (2018)	Estudo de caso	Mãe e Pai de uma criança recém-nascida com diagnóstico de Disgenesia Gonadal Parcial XY	O segredo aparece como algo emblemático nos casos de ambiguidade genital. É preciso discutir como os pais assimilam a condição de ambiguidade genital de seus filhos.

Discussão

Podemos considerar uma preponderância de estudos teóricos, o que pode ser devido à raridade estatística da intersexualidade e/ou os entraves da condução de estudos com pessoas intersexo por conta do sigilo e silêncio dessa população, o que dificulta o aceite da participação, bem como a identificação de pessoas para compor as pesquisas. As análises apontam para uma lacuna de estudos longitudinais acerca da intersexualidade nas bases de dados utilizadas.

A partir da análise dos artigos, foi possível estabelecer aproximações e rupturas acerca das concepções de intersexualidade adotadas pelos(as) autores(as), bem como as intervenções profissionais defendidas. Apesar de todos destacarem aspectos biológicos, sociais e psicológicos da intersexualidade, os artigos apresentam diferente intensidade na ênfase desses aspectos. De modo geral, a intersexualidade aparece descrita como uma variedade de vivências corporais que apresentam uma variedade de características gonodais, genitais, hormonais e cromossômicas que diferem das configurações tradicionais estabelecidas como pertencentes ao sexo biológico masculino ou feminino. Essa definição varia em seu caráter de aprofundamento teórico e identifica-se a presença de outras nomenclaturas e jargões médicos, principalmente naqueles relacionados à linguagem biomédica.

A maioria dos(as) autores(as) defendem a importância de uma equipe multidisciplinar na clínica da intersexualidade, e, embora haja entraves na condução dos atendimentos, a Psicologia e o campo da Saúde Mental apresentam-se como áreas de importância singular para a investigação e intervenção nesses casos. Outro ponto de convergência entre autores(as) é a defesa de uma comunicação esclarecedora entre a família, a pessoa intersexo e a equipe multiprofissional, bem como a defesa do adiamento

de intervenções cirúrgicas estéticas ou a sua não realização, caso seja a decisão da pessoa intersexo.

Em sua tese *O sexo dos Anjos*, Machado (2008) aponta que, em avaliações para intervenções cirúrgicas, deve-se levar em conta a construção de um corpo que mantenha a *funcionalidade* sexual, porém, a ideia de funcionalidade está geralmente ligada à busca de um corpo com capacidade para o sexo penetrativo. Em outras palavras, um corpo que possa comprimir com a norma heterossexual e seja apropriado à heteronormatividade. Nesse sentido, essa percepção da construção de um *sexo/corpo completo* segue prescrições que mesclam biologia e representações sociais do que é feminino ou masculino, de modo que “o sexo se consolida como ‘algo a ser diagnosticado’ e a cirurgia merge como solução para o problema social causado pela indefinição do sexo” (Machado, 2008, p. 147). Tal concepção parece implicar na compreensão de que há algo menos masculino/feminino em pessoas atraídas sexualmente por outras do mesmo sexo. Ou seja, parece participar de uma visão heteronormativa em que todo homem ou mulher (reforçando também a binariedade) é naturalmente heterossexual.

Além disso, concepções pautadas na visão de um corpo completo ou incompleto e passível de correção, acabam por perder de vista e invisibilizam a possibilidade da existência de sujeitos fora da binariedade. Esse posicionamento fixado em uma lógica cis-heteronormativa aparece nos documentos analisados por Mélló & Sampaio (2012), dos quais nenhum facultava a não intervenção nos casos de intersexualidade, propagando uma visão de que não haveria “possibilidade de se viver um corpo ‘sem sexo’ definido” (Mélló & Sampaio, 2012, p. 14).

Em relação aos pontos de ruptura entre os artigos analisados, é possível apontar o posicionamento frente à nomenclatura utilizada, com estudos psicanalíticos que aderem à linguagem biomédica vigente, em sua data de publicação. Além disso, as produções que utilizam a nomenclatura intersexualidade (e suas variantes) apresentam uma discussão maior sobre a conceituação do fenômeno e justificativas para a sua utilização, pautadas em uma compreensão psicossocial da intersexualidade.

Ressalta-se que, assim como Mélló e Sampaio (2012) apontam em seu artigo, apesar de haver um posicionamento crítico acerca de discursos biomédicos excludentes, ressalta-se apenas que o conhecimento científico repercute e gera sentidos que são compartilhados, e que conceitos não são vazios de significado (Vigotski, 1954/2008). Dessa forma, a construção de conhecimento crítico impõe a necessidade de colocar essas concepções em análise, de modo a confrontá-las com outras visões do mesmo fenômeno.

Por último, destaca-se que trabalhos como esse podem conduzir a reflexões sobre o que está sendo produzido na Psicologia sobre a Intersexualidade, de modo que a crítica pode auxiliar no avanço do conhecimento científico da área.

Referências

- Acácio, K. H. P. (2015) *Pais e Ambiguidade Genital: considerações a partir de estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Alagoas.
- Acácio, K. H. P., Zanotti, S. V. & Monlléo, I. L. (2018) O segredo na clínica da ambiguidade genital: estudo de caso. *Estilos da Clínica*, 23(2), 306-321. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p306-321>
- Bellesa, M. (2017) *Um projeto para ampliar o entendimento sobre os distúrbios do desenvolvimento sexual*. <http://www.iea.usp.br/noticias/dds>.
- Canguçu-Campinho, A. K., Bastos, A. C. S. B. & Lima, I. M. S. O. (2009) O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(4), 1145-1164. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000400013>
- Ceccarelli, P. R. (2008) O corpo como estrangeiro. *Psicanálise e Cultura*, 31(47), 54-60. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n47/v31n47a09.pdf>
- Creswell, J. W. (2010) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Damiani, D. & Guerra-Junior, G. (2007) As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte? *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*, 51(6), 1013-1017. <https://doi.org/10.1590/S0004-27302007000600018>.
- Gregoviski, V. R., Silva, F. L. L. & Hlavac, L. A. B. (2016) “É Menino ou Menina?” – A Construção da Identidade de Gênero através dos Brinquedos. *Perspectiva*, 40(152), 89-99. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/152_597.pdf.
- Hemesath, T. P. (2013) Anomalias da Diferenciação Sexual: Representações Parentais sobre a Constituição da Identidade de Gênero. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 583-590. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300018>.
- Hartmann, J. B., Santos, K. R. & Antoniassi, R. P. N. (2010) Ele ou ela? quando é necessário conceber, resignificar e renascer no imaginário dos pais – intervenções psicológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 13(2), 192-209. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v13n2/v13n2a03.pdf>

- Machado, P. S. (2005) O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos pagu*, 24, 249-281.
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100012>
- Machado, P. S. (2008). *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sóciomédico e cotidiano da intersexualidade*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14947>
- Marchi-Costa, M. I. & Macedo, R. M. S. (2016) Intersexualidade para além das verdades estabelecidas: um estudo de caso. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 24(2), 21-29.
<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-835059>.
- Matheus, M. C. C. (2009) Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. *Acta Paulista de Enfermagem*, 33(1), 543-545.
<https://doi.org/10.1590/S0103-21002009000800019>.
- Méllo, R. P. & Sampaio, J. V. (2012) Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico. *Revista do NUFEN*, 4(1), p. 04-19.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000100002
- Mendonça, B. B. (2010). Consenso sobre o tratamento de pacientes portadores de distúrbios da diferenciação sexual. In A. T. Maciel-Guerra, & G. Guerra-Júnior (Orgs.). *“Menino ou Menina?”: distúrbios da diferenciação sexual* (pp. 78-88). 2ª Ed. Rubio.
- Moreira, M. I. C. & Souza, T. M. C. (2017) Possíveis diálogos entre a categoria analítica de gênero e a concepção de sujeito em Vygotsky. In A. A. S. Oliveira (Org.). *Psicologia Sócio-Histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas* (pp.71-86). EDUFAL.
- Oliveira, A. C. G. A. (2012) *Corpos estranhos: reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Paraíba.
https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4378?locale=pt_BR
- Oliveira, A. A. S. & Bastos, J. A. (2014) Saúde mental e trabalho: descrição da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 239-254.
- Oliveira, A. A. S., Bastos, J. A., Canuto, L. T., Santos Júnior, P. S., Bueno, L. D., & Rocha, M. L. B. (2017). A produção de conceitos e de métodos na pesquisa

- psicológica: contribuição da metassíntese ao conhecimento científico. In: Adélia Augusta Souto de Oliveira. (Org.). *Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas* (1ed., pp. 71-87). EDUFAL.
- Paula, A. A. O. R. & Vieira, M. M. R. (2015) Intersexualidade: uma clínica da singularidade. *Revista Bioética*, 23 (1), 70-79. https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/987
- Rego, C. M. & Marcondes, C. C. (2018) Leitura de um mal-estar na contemporaneidade: sexo, gênero e sexuação. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 10(1), 24-34. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v10n1/v10n1a04.pdf>
- Ribeiro, M. A. T., Martins, M. H. M. & Lima, J. M. (2015) A pesquisa em base de dados: como fazer? In C. E. Lang, J. S. Bernardes, M. A. T. Ribeiro, & S. V. Zanotti (Orgs.). *Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas* (pp. 61-84). EDUFAL.
- Santos, M. M. R. & Araújo, T. C. C. F. A. (2003) A clínica da Intersexualidade e Seus Desafios para os Profissionais de Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(3), 23-33. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300005>.
- Santos, M. M. R. & Araújo, T. C. C. F. A. (2008) Estudos e Pesquisas Sobre a Intersexualidade: Uma Análise Sistemática Da Literatura Especializada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 267-274. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200012>.
- Santos, M. M. R. & Araújo, T. C. C. F. A. (2004) Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero. *Revista SBPH*, 7(1), p. 17-28. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100003
- Santos, B. S. (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 237-280. <https://journals.openedition.org/rccs/1285>.
- Silva (2020). *Certidão de nascimento pode ser feita com sexo ignorado*. <https://www.gaz.com.br/certidao-de-nascimento-pode-ser-feita-com-sexo-ignorado>.
- Silva, M. R. D. (2018). Repensando os cuidados de saúde para a pessoa intersexo. In M. B. Dias (Coord.). *Intersexo* (pp. 379-404). Thomson Reuters Brasil.

- Napolitano, J. (2013). Development, sustainability and international politics. In L. Meuleman (Ed.), *Transgovernance: Advancing sustainability governance* (pp. 163–211). Springer.
- Souza, A. S. L. (2015) *Os direitos da personalidade autônoma privada: a questão das crianças em situação de intersexo*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Bahia.
- Vigotski, L. S. (1954/2008). *Pensamento e Linguagem*. 4ª ed. Martins Fontes.
- Xavier, H. V. S. & Zanotti, S. V. (2011) Atenção à saúde de pacientes com ambiguidade genital. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 82-91.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v63n2/09.pdf>

Received: 2021-08-08

Accepted: 2022-07-06